

Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2011

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)**Iniciativa:****Ementa:**

Altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, que altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular, para tipificar a exigência indevida de cheque-caução ou similar por prestador de serviço de saúde contratado.

Explicação da Ementa:

Altera a Lei nº 1.521/1951 que dispõe sobre crimes contra a economia popular, para tipificar a conduta de exigir cheque-caução, nota promissória ou qualquer outra garantia financeira como condição para a prestação de procedimentos ou de serviços médico-hospitalares cobertos contratualmente por plano de assistência à saúde, incluindo hospitais e clínicas cooperadas, credenciadas ou referenciadas pela operadora do plano.

Assunto: Jurídico - Direito penal e processual penal**Data de Leitura:** 14/06/2011**Tramitação encerrada****Decisão:** Arquivada ao final da Legislatura (art.**Último local:** 27/12/2018 - Coordenação de Arquivo**Destino:** Ao arquivo**Último estado:** 21/12/2018 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA**Despacho:****15/06/2011 (Despacho inicial)**

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CMA) Comissão de Meio Ambiente

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:**CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)****Relator(es):**

Senador Jorge Viana (encerrado em 25/11/2014 - Alteração na composição da comissão)

CMA - (Comissão de Meio Ambiente)**Relator(es):**

Senador Sergio Souza (encerrado em 20/09/2011 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO**21/12/2018** PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA**Ação:** A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.**Recebido em:** 27/12/2018 às 11:36 por SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

TRAMITAÇÃO

21/12/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

Recebido em: 26/12/2018 às 12:32 por PLEN - Plenário do Senado Federal

23/12/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.

26/11/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição em virtude de o Senador Jorge Viana deixar de compor esta Comissão em 25/11/2014.

01/08/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

29/11/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido às 11h53 relatório do Senador Jorge Viana, com voto pela prejudicialidade do Projeto.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

02/04/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Jorge Viana, para emitir relatório.

21/09/2011 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.

20/09/2011 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Reunida a comissão na 36ª reunião ordinária de 20/09/2011, é aprovado o relatório do Sen. SÉRGIO SOUZA, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto (fls. 6 a 9).

À CCJ para continuidade da tramitação, conforme despacho inicial.

24/08/2011 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

TRAMITAÇÃO

Ação: Devolvido pelo relator, Senador SÉRGIO SOUZA, com relatório pela aprovação do projeto.

12/07/2011 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Ao Senhor Senador SÉRGIO SOUZA, para relatar.

22/06/2011 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Esgotado o prazo regimental para apresentação de emendas.

Não foram apresentadas emendas.

16/06/2011 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Aberto prazo para recebimento de emendas.

Primeiro dia: 16/06/2011

Último dia: 22/06/2011

15/06/2011 SF-CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ação: Recebido na Comissão, nesta data.

Aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas.

14/06/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Leitura.

Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 23371-23372

14/06/2011 SF-PLG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 05 (cinco) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 327/2011

Data: 14/06/2011

Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Local: null

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, que altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular, para tipificar a exigência indevida de cheque-caução ou similar por prestador de serviço de saúde contratado.

Avulso inicial da matéria

Data: 14/06/2011

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.

Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Legislação citada

Data: 15/06/2011

Autor: -

Local: null

Relatório Legislativo

Data: 24/08/2011

Autor: Senador Sergio Souza (MDB/PR)

Local: Comissão de Meio Ambiente

Ação Legislativa: Devolvido pelo relator, Senador SÉRGIO SOUZA, com relatório pela aprovação do projeto.

Parecer

Data: 20/09/2011

Autor: -

Local: Comissão de Meio Ambiente

Ação Legislativa: Reunida a comissão na 36ª reunião ordinária de 20/09/2011, é aprovado o relatório do Sen. SÉRGIO SOUZA, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto (fls. 6 a 9).

À CCJ para continuidade da tramitação, conforme despacho inicial.

Relatório Legislativo

Data: 29/11/2013

Autor: Senador Jorge Viana (PT/AC)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido às 11h53 relatório do Senador Jorge Viana, com voto pela prejudicialidade do Projeto.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.